

## CRÓNICA

### **PADRE AVELINO DE JESUS DA COSTA (1908-2000)** ***IN MEMORIAM***

Num louvável gesto de gratidão para com o saudoso Prof. Doutor P<sup>re</sup>. Avelino de Jesus da Costa, quis a Direcção da Revista *Lusitania Sacra*, órgão do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, evocar a sua memória no primeiro número desta revista, organizado e publicado após a sua morte, ocorrida em 17 de Outubro de 2000, na Casa Sacerdotal da Arquidiocese de Braga. Aplaudi a iniciativa e prontamente anuí ao convite para colaborar na concretização deste indeclinável dever de gratidão por parte desta prestigiada revista, que ajudou a criar e de que, além de integrar o corpo de redacção logo no tomo I, de 1956, foi ilustre, assíduo e apreciado colaborador, como membro que era do Centro de Estudos de História Eclesiástica, quando nem se falava da Universidade Católica Portuguesa.

Não é possível condensar em breves páginas quanto se poderia dizer da sua pessoa e da vastíssima obra científica, levantada durante a sua longa vida, de quase noventa e três anos (4 Jan. 1908 – 17 Out. 2000) – sendo mais de sessenta dedicados à investigação –, impondo-se, por isso, evocar apenas alguns aspectos biográficos, salientar as principais linhas da investigação realizada e registar certas particularidades da sua forma de pensar e de agir, que bem se podem apresentar como legado exemplar, de alguém que soube harmonizar a condição sacerdotal com o intenso ritmo da investigação histórica e colocá-los ao serviço da Igreja e da Cultura, em diversas áreas, a que, no momento oportuno, se fará referência.

Nascido em S. João de Vila Chã, Ponte da Barca, em 4 de Janeiro de 1908, concluída a instrução primária em Lisboa, ingressou, pouco depois, no Seminário de Nossa Senhora da Conceição, da cidade de Braga, aí tendo concluído o Curso de Humanidades *com distinção*, em 1928, e o Curso de Filosofia no ano seguinte, *com distinção e louvor*. Não obstante a sua débil saúde, os dotes intelectuais, revelados nestes anos de frequência do Seminário, e as qualidades morais, que todos lhe reconheciam, levaram o arcebispo D. Manuel Vieira de Matos a enviá-lo para a Universidade Gregoriana de Roma, a fim de frequentar os Cursos de Filosofia e de Teologia. Esta opção desse grande Arcebispo Primaz correspondia à intenção explícita de o incluir no corpo docente de escol, que

estava a preparar para o Seminário Conciliar de Braga, em fase intensa de reorganização, após as vicissitudes por que tinha passado, na sequência do vendaval da Primeira República. Os desígnios de Deus – podemos agora dizê-lo –, eram outros, vendo-se o jovem universitário obrigado a regressar a Portugal, devido a doença grave, após a obtenção do grau de bacharel em Filosofia, com a alta classificação «*cum laude probatus*», equivalente a 17/18 valores.

Apesar de constantemente perseguido pela doença, em 1933, concluiu, em Braga, o Curso Teológico, com 19 valores, mas o seu estado de falta de saúde era tão preocupante que o médico do Seminário alertou o Prelado de que este candidato ao presbiterado «*não deveria viver mais de dois meses*», comprometendo, assim, em princípio, a sua ordenação sacerdotal. A notícia, que parecia destruir o grande sonho da sua vida – ser padre –, causou-lhe enorme e indizível angústia, mitigada apenas, pela garantia de que o Cardeal Patriarca, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, se necessário, desencadearia as diligências canónicas para o ordenar em Lisboa. Este período de angústia terminou com a sua ordenação sacerdotal, na Sé de Braga, em 15 de Agosto de 1933, tendo-o recordado com emoção, ao agradecer a homenagem que lhe foi prestada na passagem do seu 90º aniversário, afirmando, com a alegria e esperança, a sua fidelidade aos compromissos sacerdotais e dando, ao mesmo tempo, graças a Deus pelo facto ele, sendo o mais franzino entre os alunos do seu curso, ser o único sobrevivente.

Os estudos que, a par da docência inovadora nos Seminários de Braga, foi publicando, nos dez anos seguintes, levaram o Arcebispo D. António Martins Júnior a convidá-lo a inscrever-se no Curso de História da Faculdade de Letras de Coimbra, onde se licenciou em 25 de Julho de 1951, doutorou, em 16 de Dezembro de 1960, com a classificação de dezanove valores, com a defesa da dissertação em 2 volumes, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, e se jubilou como catedrático, em 4 de Janeiro de 1978.

A referência à angústia causada pelo risco iminente de não receber a ordenação sacerdotal tem, aqui, um significado muito mais profundo do que o de uma simples nota biográfica, pois assinala radicalmente o que sempre ele quis ser, comprazendo-se em recordar a sua fidelidade à recomendação do seu Prelado, quando o enviou para Coimbra: – «*O P<sup>e</sup>. Costa vai agora para Coimbra e eu só lhe peço duas coisas na despedida: “O P<sup>e</sup>. Costa nunca se esqueça de que é Padre e lembre-se sempre de que é da Diocese de Braga”*».

*Grças a Deus, tive sempre presente este pedido do meu prelado».*

Não me fixarei na sua actividade docente, de que podem dar testemunho muitos dos seus antigos alunos, para me centrar na vastíssima obra científica e cultural, cuja inventariação tive oportunidade de orientar – contando, inclusive, em diversas situações, com a sua colaboração –, diligenciando também a sua publicação na *Theologica*, II série, vol. 28, fasc. 2, 1993, pp. 305-338. Nestas circunstâncias posso afirmar que, nessa altura, embora por defeito, a sua produção científica já ascendia a mais de quinhentos e cinquenta títulos referenciados e distribuídos por volumes autónomos, obras colectivas, volumes de actas de congressos e colóquios realizados em Portugal e no estrangeiro, revistas científicas, dicionários, enciclopédias e numerosas publicações periódicas diárias ou com outras periodicidades. O inventário então organizado carece, agora, de actualização com as obras que foi publicando nos anos seguintes, até pouco antes da sua morte, vindo a propósito recordar a alegria sentida e a gratidão manifestada ao receber, em 9 de Outubro de 2000, o vol. II da 2ª. edição de *O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*.

Aquele momento significava a coroa de louros pela vitória da reedição desta obra, que temeu não chegar a ver concluída.

Padre e historiador, profundamente ligado à Arquidiocese de Braga e à Diocese de Coimbra, onde viveu como aluno e professor universitário, e conservando fortes vínculos afectivos com a sua terra natal e respectivo concelho, foram algumas condições determinantes das principais áreas privilegiadas na sua investigação, não faltando também estudos de âmbito nacional e até de dimensão ultramarina, concretamente, sobre a população da Baía, no Brasil, e as regiões do Malabar, no Oriente, onde D. Frei Aleixo de Meneses exerceu intensa e profícua acção missionária e apostólica.

No conjunto da vastíssima obra que nos legou e perpetuará o seu nome como sacerdote, membro do Cabido Metropolitano e Primacial Bracarense, a história eclesiástica de Braga ocupou o primeiro lugar na hierarquia dos seus interesses e trabalhos de investigação, bastando citar a monumental obra, em dois volumes, *O bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga* (1959), que não só pelo insuspeitado volume de informações reveladas, absolutamente imprescindíveis para o conhecimento das circunstâncias em que foi restaurada esta antiga diocese e metrópole suévica, muito depois de, com a presúria do Porto por Vímara Peres (868), a Reconquista cristã ter chegado ao Douro, e para se compreender a notável acção organizadora, conduzida pelo seu primeiro bispo, D. Pedro, mas também pelos debates que motivou em torno da velha questão do *ermamento*, adquiriu o estatuto de obra de referência obrigatória para quem pretender abordar os primórdios da nacionalidade portuguesa, iniciar o estudo de qualquer das nossas antigas dioceses ou informar-se quanto a elementos estruturais de história eclesiástica, que dificilmente encontraria noutros estudos.

Durante décadas, foi dialogando cientificamente, com grande dignidade e elevação com os seus opositores, sempre num clima de cordialidade, mas sem abdicar das suas posições, a não ser que os argumentos fossem absolutamente convincentes.

Entretanto, continuou a reunir novos elementos documentais, arqueológicos e outros, que mais o convenciam da justeza das suas posições, e decidiu proceder à reedição do seu *opus magnum*, que era também a sua *obra prima*, quando já rondava os oitenta anos! Na continuidade do trabalho até então realizado, não se poupou a esforços para corrigir o que se impunha emendar, antecipou o início da obra, de forma a fazer remontar o seu conteúdo aos primórdios de Braga, tendo-lhe introduzido, para o efeito, capítulos novos, remodelou profundamente outros, deu nova ordenação ao conteúdo dos dois volumes, a ponto de se poder afirmar – ampliando o que ele próprio escreveu – que mais parece obra nova. E foi, urge dizê-lo, por amor à verdade, a Braga e à Cultura que levantou e renovou este monumento da História da Arquidiocese de Braga e da Historiografia Portuguesa sobre a nossa Idade Média.

Movido pelo mesmo espírito – a que se deve acrescentar um certo brio patriótico, de que se não envergonhava – empreendeu e concluiu a edição crítica do *Liber Fidei*, tendo-se prévia e firmemente oposto a que um projecto de tanta envergadura e responsabilidade fosse confiado – como alguns pretendiam – a um médico e historiador de Ribadavia, Orense, Espanha, sem créditos firmados em matéria tão delicada: – «*Parecendo-nos ofensivo para o brio e cultura nacionais confiar a um estrangeiro a edição do Liber Fidei, que é o maior e o mais importante cartulário português e um dos mais notáveis da Europa, cujo original se encontra na Biblioteca Pública de Braga, incorporada na Universidade do Minho, e ia ser impresso em Portugal e à custa da Junta Distrital, prontificámo-nos a tomar, gratuitamente, a responsabilidade da sua edição crítica*» (*O Bispo D. Pedro...*,

2ª. ed., vol. II, p. 523, nota 3). Custou-lhe, é certo, ter de verificar que a conclusão desta obra, iniciada com tanto entusiasmo, se arrastou durante quase três décadas, não se coibindo, no entanto, de registar o facto na mesma obra e nota que acabamos de referir, tendo evitado, assim, sem qualquer sombra de dúvida, um desastre editorial bem mais grave do que o sofrido, também em Orense, pelo *Cartulário de Fiães* ou *Livro das datas*, igualmente guardado no Arquivo Distrital de Braga.

Na impossibilidade de percorrer toda a bibliografia activa deste grande historiador, que foi professor catedrático da Universidade de Coimbra, em cuja Faculdade de Letras ensinou e deixou escola de medievalistas, à maneira de síntese, basta afirmar que Braga, quer apreciada como diocese ou em alguns dos seus prelados, instituições diocesanas ou monásticas, concílios, sínodos e respectivas constituições, liturgia e livros litúrgicos, biblioteca capitular e tantos outros assuntos, que nem sequer é viável enumerar, esteve reiteradas vezes no centro das suas investigações, mormente em relação ao período medieval, nelas deixando sempre a marca da sua brilhante inteligência, isenção e amor à verdade.

A ele se ficou a dever a ideia da celebração do *Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, na sequência do qual elaborou um dos seus melhores estudos de crítica paleográfica e diplomática, destruindo radicalmente as insustentáveis observações de Bernhard Rilley acerca da data, aliás, indubitável de tal acontecimento, além do mais, confirmada por um documento desse mesmo dia 28 de Agosto de 1089, autenticado com a assinatura autógrafa do próprio bispo D. Pedro.

À legislação sinodal bracarense dedicou particular atenção em diversos estudos, estendendo o seu interesse também às das restantes dioceses portuguesas, que transcreveu e mandou imprimir à sua custa, até à página 220, reunindo-as num volume intitulado *Constituições Diocesanas Portuguesas* (Braga, 1967), que tencionava apresentar no concurso para Professor Extraordinário. Tendo, entretanto, sido alterada a legislação que regulava os concursos académicos e sabendo que alguém preparava uma dissertação de doutoramento apoiado neste mesmo tipo de fontes arquivísticas, para não prejudicar o candidato em causa, absteve-se de publicar a obra, cedendo, posteriormente, o texto impresso e outras transcrições para o volume II do *Synodicon hispanum*, relativo a Portugal. Esta atitude, cujos contornos se omitem, traduz bem a sua generosidade e grandeza de espírito, apetrechando perguntar se haveria muitos universitários capazes de gesto idêntico.

Posteriormente, retomou o assunto no pequeno artigo *Constituições diocesanas portuguesas dos séculos XIV e XV. Seu interesse lingüístico e literário*, publicado na «Bracara Augusta», Braga, 1977, pp. 47-58, sem que isso pudesse causar quaisquer incómodos a terceiros.

Ao P<sup>re</sup>. Avelino de Jesus da Costa – como ele gostava de assinar, não obstante ser professor catedrático da Universidade de Coimbra e possuir outros títulos académicos e honoríficos – ficamos a dever um conjunto de diversos trabalhos de alcance verdadeiramente nacional, ocupando o primeiro lugar o *Bulário português de Inocêncio III (1198-1216)*, realizado com a colaboração de Maria Alegria Fernandes Marques, sem esquecermos que o seu nome ficou ligado à conclusão e revisão dos *Documentos de D. Sancho I (1174.1211)*, dos *Documentos Medievais Portugueses. Documentos particulares (1116-1123)*, vol. IV, obras iniciadas por Rui Pinto de Azevedo, e ao fascículo XI das *Inquisitiones*, a que deu preciosa colaboração. A estes deveremos acrescentar outros que,

sendo de temática nacional, interessaram à comunidade internacional dos diplomatistas, como aconteceu com *La Chancellerie Royale Portugaise jusqu'au milieu du XIII<sup>e</sup> siècle*, Coimbra, 1975, *A Chancelaria Real Portuguesa*, Porto, 1996 e *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico*, Coimbra, 1979, não sendo esta a primeira vez que se ocupou de questões de natureza linguística, como acima ficou expresso.

De natureza religiosa e de alcance nacional, urge mencionar, da autoria do nosso homenageado: *A Virgem Maria padroeira de Portugal na Idade Média*, in «Lusitania Sacra», Lisboa, tomo 2, 1957, *Origem e evolução do culto de Nossa Senhora da Conceição em Portugal. (Catálogo da exposição documental)*, Braga, [s. n.], 1964, *O culto mariano em Portugal e sobretudo em Braga, Coimbra e Lisboa, nos séculos XII a XV* e, mais recentemente, *A Santíssima Eucaristia nas constituições diocesanas portuguesas, desde 1240 a 1954*, Braga, 1989.

A permanência, durante mais de três décadas, em Coimbra, não podia deixar de o motivar a dedicar-lhe alguns estudos, de que basta seleccionar dois, para além de tantos outros produzidos no âmbito da Universidade e relacionados com ela ou com alguns dos seus professores, cujos elogios fez ou lhes traçou sentido *In memoriam*, bastando citar: – *D. João Peculiar co-fundador do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bispo do Porto e arcebispo de Braga*, Braga, 1984, e *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*, 1983, pp. 1-226 e *Coimbra – Centro de atracção e irradiação de códices e de documentos, dentro da Península*, Porto, 1990.

No contexto e perspectivas em que está a ser evocada a obra do Prof. Avelino de Jesus da Costa, cumpre observar que a sua estreita ligação à terra natal o levou a dedicar-lhe diversos estudos e numerosa colaboração na imprensa regional, merecendo especial relevo *Aparições de Nossa Senhora, no Barral, a 10 e 11 de Maio de 1917*, publicado em Roma, em 1970, e *Subsídios para a história da Terra da Nóbrega e do concelho de Ponte da Barca*, editados em 1997.

Estes estudos do nosso homenageado, além de traduzirem o carinho que sentia pelas terras e instituições neles mencionados, constituem uma pequena parcela no âmbito da sua obra histórica.

Para além do que estes e outros estudos, que não é viável nem necessário especificar neste momento, revelam, há inúmeros gestos e actos de carinho de que o P<sup>e</sup>. Avelino de Jesus da Costa deu provas para com a Igreja e a Arquidiocese de Braga, a Universidade de Coimbra e a sua terra natal, que vale a pena anotar. No plano eclesiástico e religioso, impõe-se salientar o seu testemunho de Padre, onde quer que se encontrasse, bem como a sua profunda devoção eucarística e mariana, indiciada pelos trabalhos de investigação levados a cabo sobre estas temáticas, expressões de fé e piedade, que me foi dado comprovar inúmeras vezes.

Fátima e a Senhora da Paz, no lugar do Barral-Ponte da Barca, estavam-lhe profundamente gravadas no coração. Em relação a Fátima, tinha plena consciência de que prestou um relevante serviço à Igreja, contribuindo, decisivamente, com a sua competência científica, para impedir a publicação de uma anunciada obra, que não estava ao nível do que Fátima merecia e exigia.

Quanto às pretensas aparições do Barral, de 10 e 11 de Maio de 1917, custou-lhe verificar que o competente tribunal eclesiástico de Viana do Castelo não tivesse tomado uma posição inequívoca sobre o assunto. Pôde, no entanto, dinamizar a erecção de um

concorrido santuário mariano, de cuja influência na vida religiosa do Alto Minho, não é lícito duvidar, e dentro do qual repousou algumas horas, antes de baixar à sepultura.

O Professor Avelino de Jesus da Costa era um homem de fé e sacerdote de vocação provada pela amargura causada pela iminência de não ascender ao sacerdócio, por grave motivo de doença. É esta uma realidade que escapou àqueles universitários que não compreendiam que o P<sup>e</sup>. Avelino se «dispersasse» com assuntos desta natureza religiosa, mais exactamente com o santuário da Senhora da Paz e o boletim *Mensagem de Paz*, que organizava e até distribuía, mas isso não impediu que o seu *curriculum* superasse, largamente, o de muitos que assim pensavam e falavam.

Para quantos o conheceram de perto e com ele conviveram, a par da sua extrema delicadeza, patente quer no delicado trato pessoal, quer na correspondência a que muito recorria, era firme nas suas posições, de que não abdicava sem provas convincentes, como demonstrou na célebre questão em torno do *ermamento*, em que teve a satisfação de ver alguns dos seus opositores aderirem às suas posições, e na segurança com que respondeu à citada posição de Bernard Riley sobre a data da dedicação da Sé de Braga, defendendo e justificando a que sempre havia proposto e utilizado.

Idêntica firmeza, servida por vastíssima erudição bibliográfica e minucioso conhecimento das fontes revelou na polémica ou, se preferirmos, diálogo que, nos finais da década de 1950, sustentou, no «Diário do Minho», com o conhecido canonista bracarense, José António Martins Gigante, a propósito do I concílio de Braga; quando, no mesmo diário, contrariou opiniões expendidas por um colega e amigo, a propósito da liturgia de Braga; e quando, por razões científicas – a que se juntavam motivos de amizade e gratidão –, numa série de longos e suculentos artigos exaltou a memória do seu grande Mestre, Pierre David. E nem admira que assim procedesse, pois neste cultíssimo sacerdote francês, cujos estudos realizados em Portugal muito contribuíram para a renovação da investigação histórica sobre a nossa Idade Média, tinha encontrado um orientador seguro, o interlocutor privilegiado de que carecia, em Coimbra, na fase de preparação das suas dissertações de licenciatura e de doutoramento, acabando, através deste frutuoso convívio intelectual, por conhecer bem a sua vida e obra, conhecimento já evidenciado, entre outros, no extenso estudo publicado em sua homenagem.

Apesar da firmeza com que defendia as suas posições, impressiona a humildade do investigador que, decidido a reformular a tese de doutoramento para publicação, não hesitou pedir ao mais qualificado dos seus opositores que, face ao que inicialmente tinha escrito e aos novos dados que lhe apresentava, lhe dissesse, com toda a franqueza, se continuava a pensar que ele não tinha razão.

A resposta não se fez esperar, em termos favoráveis, com o vigor de um bálsamo e de verdadeiro estímulo.

É desnecessário descrever a sua dedicação à Universidade que serviu na Faculdade de Letras de Coimbra, mas não se poderá silenciar a sua intervenção na contratação de vários dos actuais docentes nas áreas científicas a que esteve especialmente ligado – História Medieval, Paleografia e Diplomática – e no enriquecimento das colecções documentais, que tanto valorizam o Instituto de Paleografia e Diplomática, a meticulosidade na preparação da edição de textos, não sendo fácil varrer-se da memória de quem, alguma vez, pôde observá-lo, no Arquivo Distrital de Braga ou na Torre do Tombo, a cotejar textos manuscritos ou provas tipográficas com os próprios originais.

E com que solicitude se informava antes de escrever algum texto, por breve que fosse, como um simples prefácio, podendo dizer-se que a sua forma de agir ficou como exemplo para todos nós!

Por princípio, evitava referir-se, de forma menos favorável, aos estudos de terceiros, mas quando os assuntos atingiam certa gravidade, lá ia manifestando a sua opinião autorizada.

Não reagia de forma primária às indelicadezas recebidas, mas não era insensível a tais atitudes, que sabia repor no verdadeiro contexto social.

Estas breves notas ajudarão, certamente, alguns a retocar a imagem que tinham deste sacerdote e consumado medievalista, perante cuja memória me curvo, num gesto de homenagem e de súplica confiante em que o Senhor Jesus já lhe terá dado o prémio da eterna glória, que sempre tem preparado para o servo bom e fiel, que soube pôr a render os talentos recebidos.

Porto, 15 de Abril de 2002.

*José Marques*



#### IV ENCONTRO SOBRE ORDENS MILITARES

Nos passados dias 30, 31 de Janeiro e 1 e 2 de Fevereiro realizou-se, em Palmela, o *IV Encontro sobre Ordens Militares*, subordinado ao tema: *As Ordens Militares e de cavalaria na construção do mundo ocidental*.

Estas reuniões científicas organizadas desde 1989, de quatro em quatro anos, pelo município de Palmela, contam com a presença de numerosos investigadores portugueses e estrangeiros e constituem um importante marco no âmbito dos estudos sobre as ordens militares.

De acordo com o interesse e empenhamento do município de Palmela, no que respeita à promoção da investigação sobre Ordens Militares, foi criado, em 1997, o Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GEsOS) e mais recentemente, no presente ano lectivo, está a decorrer o primeiro Curso de Estudos Pós-Graduados em Ordens Militares, uma iniciativa conjunta da Universidade do Porto e da Câmara de Palmela. Foi nesta conjuntura e dentro das actividades do GEsOS que se realizou este IV Encontro sobre Ordens Militares.

Com um alargado grupo de comunicantes, provenientes de instituições de Espanha, E.U.A., França, Israel, Itália, Portugal e especialistas em diversos períodos cronológicos e questões no âmbito da história das ordens militares, os trabalhos do congresso, foram agrupados em cinco grandes sessões temáticas: “Historiografia sobre as cruzadas e as Ordens Militares”, “Arte, Imaginário e Simbólica”, “Nobreza, Ordens Militares e de Cavalaria”, “Comendas, formas de apropriação e indicadores de território”, “Poderes instituições e dinâmica política”. Assim, as várias ordens militares e de cavalaria, foram sendo abordadas sob diversas perspectivas e não faltou o debate, que tornou as sessões um campo de troca de conhecimentos e de aprofundamento de problemáticas fulcrais para a compreensão de um tão vasto e importante campo da história peninsular, das épocas medieval e moderna.